

Mais de R\$ 20 milhões gastos em uma década de reforma. Sete anos depois, e novamente fechado. Ainda faltam explicações



ALBERTO MARQUES-1/7/10

Ninguém fala

Proibição

Durante a apuração desta reportagem, a Prefeitura de Santos proibiu secretários e demais funcionários de dar entrevistas sobre o assunto. Desta forma, a atual secretário de Serviços Públicos, engenheiro Carlos Alberto Tavares Russo, que foi chefe do Departamento de Obras, fiscalizou a reforma e deu parecer favorável aos aditamentos no contrato, não foi ouvido. Outra entrevista negada foi a do engenheiro Maurício Uehara, que substituiu Antônio Carlos Silva Gonçalves na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em 2005, e assinou uma prorrogação. Atualmente ele tem cargo de assessor da diretoria na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), presidida por Gonçalves. Também não foi possível conversar com o procurador do Município, o advogado Donato Lovecchio Filho. Ele poderia explicar os motivos pelos quais seu setor teria amparado a decisão de aditar várias vezes o contrato com a Akyo Ltda.

Em silêncio

Prefeito de Santos entre 1997 e 2004 e atual deputado federal, Beto Mansur (PP), que assinou a maioria dos aditamentos, não quis falar sobre o caso. A mesma atitude teve o ex-prefeito João Paulo Papa (PMDB), responsável por nove prorrogações no contrato com a Akyo. A assessoria de Papa enviou nota dizendo que quando ele assumiu, em 2005, as obras já estavam em curso e coube à Administração fazer a entrega do teatro, "totalmente recuperado", em 25 de janeiro de 2006. A Tribuna entrou em contato, ainda, com a advogada Maria Amélia de Salles Garcez, que representa a construtora Akyo na Bahia. Segundo ela, a empreiteira já encerrou suas atividades no ramo de construção. A advogada, entretanto, disse que não poderia falar sobre questões relacionadas ao Coliseu, porque não atuou em processos fora de seu Estado. Ela ficou de localizar um diretor da empresa para conversar com a Reportagem, mas não retornou a ligação.

8)? Porque se fez um projeto de Lei Rouanet e a iniciativa privada pagou a restauração. O começo por aí". O secretário estadual de Desenvolvimento Metropolitano em exercício, Edmur Mesquita (DB), prefere não criticar a obra e onerosa reforma do teatro. "Se há dúvidas, quem de direito é que tem que expor as dúvidas". Edmur foi secretário adjunto da Secretaria Estadual de Cultura entre 2003 e 2004. Acompanhou a liberação de verbas do Estado para o Município. "Os recursos liberados imagino, claro, foram aplicados na reforma do Teatro Coliseu. Não posso falar no mérito, sem ter acesso às informações dos processos, mas o recurso foi bem ou mal aplicado".

ORDÂNCIAS

O arquiteto responsável pelo projeto de reforma do Teatro Coliseu é Nelson Gonçalves de Azevedo Júnior, atual secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos. O arquiteto, porém, não falou até o término e reabertura do teatro local. Ele pediu para deixar o assunto em aberto.

Ma Júnior não foi autorizado pela atual Administração a falar sobre o ocorrido naquela obra. Entretanto, *A Tribuna* pediu que o arquiteto começasse a discordar de procedimentos que eram realizados, sobretudo em relação às cobranças de serviços e medições da obra, que não estariam sendo feitos de forma adequada.

O arquiteto ouvido por *A Tribuna*, que prefere não se comprometer, acha que o Ministério Público deveria pedir a abertura do processo de medição da obra e comparar com o projeto atual do Coliseu. Uma comparação dos materiais utilizados na estrutura do imóvel com os descritos nas planilhas do projeto também seria importante, na visão desse profissional.



ALEXSANDER FERRAZ - 5/4/13

Gonçalves: tudo feito corretamente

■ O presidente da CET-Santos, Antonio Carlos Silva Gonçalves, que assinou a maioria dos aditamentos enquanto secretário nos governos Mansur e Papa, não admite que seja colocada em dúvida a utilização dos mais de R\$ 20 milhões na reforma do teatro.

"Não tenho passado que possa denegrir minha conduta. Nunca tive esse tipo de procedimento na minha vida", ressalta.

O ex-secretário afirma que todos os aditamentos foram corretos e as assinaturas amparadas por outros departamentos da Administração. "O secretário assina em cima de um procedimento interno da Prefeitura, que é avaliado (assegurado) pelos diversos setores que compõem o processo". Para Gonçalves, tempo e valor da obra são justificados pela

descontinuidade de recursos por conta de atrasos nos repasses do Dade. Segundo ele, podem acontecer desequilíbrios orçamentários que justifiquem realinhamento de preço.

"É a Secretaria de Finanças que entra dizendo o que está acontecendo em termos de orçamento no contrato e a partir daí autoriza ou não um acréscimo de valores dessa obra".

Sobre a prestação de contas, o ex-secretário afirma que tudo era fiscalizado pelo Dade. "Eu precisava dos recursos para a obra, como vinham esses recursos não me cabe. Seria interessante a Secretaria de Finanças falar".

FINANÇAS

Ex-secretária de Finanças de Santos (entre 1998 e 2012), Mirian Cajazeira Diniz afirma que só era responsável pela peça or-

çamentária do Município. Ou seja, apontava a existência ou não de recursos para uso das demais pastas.

"Finanças monta o orçamento, avalia quanto tem de receita e coloca em cada secretaria o valor que é destinado a ela. Dentro desse valor, os secretários executam o seu orçamento de acordo com a política deles e do governo. Agora, se é para comprar uva, abacaxi ou seja lá o que for, a Secretaria de Finanças não tem nada a ver com isso", ressalta Mirian.

Para aditar o valor de uma obra, a ex-secretária explica que é preciso justificativa técnica. "A Secretaria de Obras tem que dizer que está faltando x, y ou z e justificar. Acho que é muito óbvio isso. Se alguém pediu aditamento, esse alguém é o responsável pelo serviço".

O contrato com a construtora Akyo Ltda, da Bahia, foi assinado ainda no último ano de governo de David Capistrano (PT), em 1996, após vencer a licitação, ao apresentar o menor preço para o restauro: R\$ 6,6 milhões



Antonio Carlos Silva Gonçalves assinou a maior parte dos aditamentos